

Bethania Sampaio Corrêa Mariani

bmariani@id.uff.br

**P**ossui graduação em Letras (1982) pela PUC do Rio de Janeiro, mestrado (1989) e doutorado (1996) em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Em 2001, fez pós-doutorado na Stanford University, USA. É professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

## Resumo

O presente texto discute a noção de arquivo a partir do aparato teórico da Análise do Discurso, tomando o texto de Pêcheux “Ler o Arquivo Hoje” como fundante nessa discussão. Além disso, tendo em vista uma extensa prática com leitura de arquivos, no presente texto pode-se encontrar, também, uma reflexão sobre gestos, práticas e percursos de trabalho em arquivos variados.

**Palavras-chave:** Arquivo; História; Incompletude; Gestos de Leitura.

# Da incompletude do arquivo: teorias e gestos nos percursos de leitura<sup>1</sup>

*On the incompleteness of the archive: theories and gestures in the reading pathways*

**1** uma primeiríssima versão desse texto foi apresentada em congresso na UERJ (2005) e foi seguida de uma publicação com o título “Arquivo e língua nacional”, em que o foco era a língua nacional. O texto em tela, por sua vez, além de modificar alguns aspectos da versão anterior, prioriza novos relatos de descrições e interpretações.

## Abstract

This paper discusses the notion of archive as conceived in the theoretical background of Discourse Analysis, taking Pêcheux’s text “Ler o Arquivo Hoje” as a cornerstone in this discussion. Moreover, considering an extensive practice in reading archives, this text also includes a reflection on gestures, practices and pathways in the work on several archives.

**Keywords:** Archive; History; Incompleteness; Reading Gestures.

## I n t r o d u ç ã o

Certa vez, caminhando por um bairro chamado Marais, em Paris, passei por uma rua que tinha como nome *rue des Archives*. Com um nome que mostra bem a singularidade de uma cultura tão marcada pela escrita e pela necessidade de conservação de sua memória, a *rue des Archives* assinala e materializa no espaço urbano parisiense a ilusão e o desejo de assegurar a presença e a completude do passado, como o plural *archives* expressa. “Preservação”, esse é um termo usado por aqueles que se ocupam dos arquivos e que já porta uma exclusão do que está em jogo nesse nosso artigo: não há arquivo em si, ou *a priori*, sem o gesto de leitura que o constituiu.

Lendo *Les Archives*, um singelo e denso livro de Jean Favier, publicado no final da década de 1950, e que faz parte da coleção *Que sais-je*, compreendi melhor o processo histórico constitutivo de uma prática de conservação e preser-

vação dos rastros do homem, prática que com o tempo tornou-se uma instituição com uma complexa organização. Como afirma Favier, “desde que os homens souberam como consignar em materiais duráveis os atos necessários para sua vida social, para suas atividades econômicas, para sua vida privada, enfim, eles conservaram *Dans Un Dessein Utilitaires* estes documentos, criando assim os arquivos, confundidos na maior parte do tempo, com a reunião dos textos literários, religiosos ou documentais que formavam as primeiras bibliotecas” (FAVIER, 2001 [1958], p. 7, tradução nossa).

Nessa conceituação constitutiva da arquivologia, em que pesa fortemente um uso pragmático visando a preservação dos “rastros humanos”, a noção de arquivo aponta para a possibilidade de armazenamento de fatos públicos ou privados produzidos no passado e, portanto, aponta para a possibilidade

de recuperação de origens ou, em outras palavras, recuperação de uma história remota. Tal história, uma vez desvelada e preservada, poderia apaziguar essa vontade de tudo significar, de tudo compreender, ou melhor, poderia resolver “a impaciência absoluta de um desejo de memória”, tão característica do humano (DERRIDA, 2001 [1995], p. 9).

Meu objetivo, com o texto que ora apresento, é duplo: por um lado, retomar a noção de arquivo, considerando a crítica de seu funcionamento em termos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso e, por outro, apresentar os sucessivos gestos de leitura que um analista de discurso, embrenhado nas teias dos arquivos, com seus percursos e percalços, vai (re)formulando e reterritorializando.

Tendo em vista os objetivos propostos para esse texto, para começar, vou re-

Por um lado, retomar a noção de arquivo, considerando a crítica de seu funcionamento em termos do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso e, por outro, apresentar os sucessivos gestos de leitura que um analista de discurso, embrenhado nas teias dos arquivos, com seus percursos e percalços, vai (re)formulando e reterritorializando.

tomar brevemente a noção de arquivo em sua acepção tradicional e também retomo as críticas, interrogações e reformulações propostas por Michel Foucault, Jacques Derrida e Michel Pêcheux, sobre essa noção geral, que supõe uma ilusão da completude da possibilidade do tudo guardar, de tudo registrar para a posteridade, e de tudo poder recuperar em termos da produção de sentidos.

Em seguida, apresento um percurso meu de trabalho com arquivos, colocando em discussão minha própria prática como pesquisadora inserida no campo teórico da Análise do Discurso. Como pesquisadora, precisei entrar em arquivos públicos e bibliotecas brasileiras e estrangeiras, lidando tanto com a poeira de papéis que muitas vezes quase se desfaziam quanto com os intrincados caminhos que formam os bytes da memória metálica (Orlan-

di, 1999). De forma mais específica, como analista do discurso e integrante de pesquisas no campo da História das Idéias Lingüísticas, três perguntas me moviam: O que seria / como seria organizar um arquivo sobre língua nacional em países colonizados? Até que ponto, uma língua nacional, em sua heterogeneidade fundante, poderia ser considerada, ela própria um arquivo sempre móvel e disjunto? Ou seja, um arquivo possível (do corpo verbal) constitutivo da identidade de um Estado e, ao mesmo tempo, um sistema significante, lugar para possíveis processos de identificação para aqueles que nela se inserem? Em que medida certas considerações sobre real da língua e real da história poderiam contribuir nessa discussão?

### O arquivo: da tradição à crítica

A definição apresentada por Favier não está distante do que um sujeito escolarizado pode supor, sem muita leitura crítica a respeito do assunto, sobre o que seja um arquivo. “Os arquivos são

o conjunto dos documentos recebidos ou constituídos por uma pessoa física ou moral, ou por um organismo público ou privado, resultante de sua atividade, organizado em conseqüência de tal atividade e conservado tendo em vista uma utilização eventual” (FAVIER, 2001 [1958], p. 3). Como o próprio autor chama atenção, contemporaneamente o escopo da noção foi ampliado, sobretudo em função das inovações tecnológicas. Com isso, assim como os textos manuscritos (antigos ou modernos) e impressos (originais ou cópias), a imagem (fotográfica ou cinematográfica) e o som (enquanto produção sonora de diferentes atividades humanas) também passaram a constituir arquivos.

Em seu longo histórico sobre as formas de constituição dos arquivos, uma história narrada a partir da formação de arquivos em templos egípcios, prosseguindo até a contemporaneidade, Favier enfatiza o grande esforço interno da arquivística no sentido de definir suas fronteiras, de estabelecer critérios, enfim, um trabalho voltado para uma auto-organização eficaz. O ato de catalogar, distribuir e classificar leva à produção de guias de arquivo, inventários, repertórios, índices, *etc*,

instrumentos produzidos na ilusão da completude e da transparência, como se fosse possível com a catalogação a totalização de um arquivo. Um arquivo sem falhas, sem faltas... em tal projeto de arquivo sem faltas, busca-se domesticar o fato da língua, tentativa infrutífera de controlar sua materialidade equivocante, e, com isso, produzir um apagamento dos gestos daquele que operou as catalogações *etc.*

A historiadora Roudinesco, em seu livro *A análise e o arquivo* (2006, p. 9), discute “essa idéia louca segundo a qual podemos arquivar tudo” apontando, justamente, para o fato de que, nessa crença, “a obediência cega à positividade do arquivo, a seu poder absoluto, leva tanto a uma impossibilidade da história quanto a uma recusa do arquivo. Em outros termos, o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação”. Com muita imaginação, Borges, em seu conto *Funes, el memorioso* (1944) nos dá indícios justamente para pensar a tensão que constitui o suposto poder do arquivo, resulta(n)do nessa espécie de culto, e o esquecimento, que necessariamente o constitui.

Esse imenso trabalho de construir arquivos com essa característica quantitativa, esse volume agigantado, se sustenta em dois pilares centrais sobre os quais é importante tecer críticas: o próprio ato de catalogar e a idéia de documento.

Quem já trabalhou com arquivos já “sentiu na pele” como cada classificação/catalogação engendra sistemas opacos e unificadores, constituídos de acordo com suas condições históricas de produção, e voltados para si mesmos, enigmáticos para um não iniciado. Em outras palavras, os inventários que organizam uma massa textual, gerando nomeações e códigos, são fruto de determinações históricas e inconscientes, fruto, muitas vezes, de escolhas enigmáticas para quem as faz. Ao pesquisador cabe muitas vezes a tarefa de decifrar a organização de um arquivo. Isso acaba sendo parte de sua pesquisa.

Devemos compreender que a organização de um arquivo resulta de gestos de interpretação que regulam politicamente a memória das formas de administração da sociedade, como nos lembra Pêcheux em *Ler o Arquivo Hoje*



(1994). Nesse texto, Pêcheux discute o trabalho de organização dos arquivos, o policiamento dos enunciados e o apagamento seletivo da memória histórica como práticas que caminham juntas. Pêcheux mostra como que a “as necessidades da gestão administrativa dos documentos textuais de todos os tipos fizeram, assim, na primeira metade do século XX, sua junção histórica com os projetos científicos visando a construção de línguas lógicas artificiais. A primeira onda do desenvolvimento informático das décadas de 1950 a 1970 veio confirmar essa união”.

As condições históricas de produção, em seus momentos de maior ou menor democratização do Estado, marcam a constituição dos arquivos – com suas técnicas de marcar, identificar, classificar, comparar, ordenar, reunir e separar documentos –, estipulando a regulação administrativa, jurídica, econômica e política do que pode e deve circular na sociedade em termos de textos e pro-

duções de sentidos a eles vinculados. Com o desenvolvimento da rede eletrônica, a questão da circulação tendo em vista a repetibilidade ou a censura do que pode ser arquivado e/ou acessado ganha outras proporções. Orlandi (2001) chama de memória metálica, aquilo que está excessivamente acumulado (arquivado) institucionalmente

produzindo, pelo excesso, um esvaziamento e uma deshistoricização dos processos de produção dos sentidos. No funcionamento da memória metálica, sob o efeito

da repetição excessiva que coloca em circulação um determinado sentido, esvazia-se o processo de historicização que produziu sua naturalização. “Na memória metálica, a significação se dá no nível da circulação. Tomando como exemplo o Twitter ou o Facebook, quanto mais atualizações um sujeito fizer em seu perfil, mais visibilidade terá porque aumentará a circulação. Vemos que nesse caso, o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filia-

Esse imenso trabalho de construir arquivos com essa característica quantitativa, esse volume agigantado, se sustenta em dois pilares centrais sobre os quais é importante tecer críticas: o próprio ato de catalogar e a idéia de documento..

ção do sujeito a uma rede de constituição, mas a uma atualização e circulação” (DIAS, 2015).

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros. Pensemos, por exemplo, na liberação dos arquivos do DOPS que vem sendo efetuada nos últimos anos, algo impossível de ocorrer há 20 anos atrás, quando ainda havia uma proibição de interpretação para o período da ditadura militar.

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros. Pensemos, por exemplo, na liberação dos arquivos do DOPS que vem sendo efetuada nos últimos anos, algo impossível de ocorrer há 20 anos atrás, quando ainda havia uma proibição de interpretação para o período da ditadura militar.

Na organização dos arquivos, sempre se encontram os efeitos do funcionamento da ideologia, naturalizando alguns processos de significação e, simultaneamente, apagando outros.

Retomemos o fato de que um dos pilares centrais da constituição de arquivos é a noção de documento. A concepção de documento em arquivística está fortemente vinculada a um determinado modo de fazer da História o qual supõe a possibilidade de reconstituição do passado a partir de uma matéria inerte, o texto documental. Tal procedimento técnico, suporte de um trabalho de exegese por parte do historiador, por sua vez, se coaduna com uma concepção de transparência da linguagem. Suponhamos, então, que um pesquisador se dirija a um arquivo e consiga esgotar, ou seja, ter acesso, ler e fazer a exegese do conjunto de documentos pertinentes a sua pesquisa. Isso significa que ele esgotou seu tema de pesquisa? Ou isso significa que ele leu o gesto do arquivista que selecionou o que pertencia àquele arquivo?

Em um arquivo, portanto, o pesquisador se depara com textos que se entrecruzam uma vez expostos ao seu olhar-

-leitor no momento de sua pesquisa. E esse olhar, se não for um olhar ludibriado por uma aparente transparência e pelas construções de evidências; se for um olhar que não se deixa ludibriar, também, com a quantidade de material disponível, vai localizar outros textos, vai se deixar apanhar por enunciados, em suma, vai fazer descobertas, associações, anotações e depois, eventualmente, esquecer-las, ou recomeçar novas descobertas, associações e anotações sucessivamente. Com um olhar ao mesmo tempo determinado (em sua dupla acepção: determinado por seus objetivos e com a determinação própria – tenacidade – de quem se coloca no lugar de pesquisa) e errante, vai se aproximar de outros textos, selecioná-los muitas vezes sem nem saber exatamente o porquê de tal seleção.

Em suma, entendo que frente ao arquivo, e baseado em seus objetivos, o pesquisador se encontra mediatizado pela teoria, sem dúvida, mas também por leituras marcadas pelo lugar de onde (se) fala, com todas suas implicações, pois esse lugar de onde se fala é também o lugar onde se esquece. Assim, trabalhar com uma leitura de arquivos – lidar com a memória institucionalizada – é tam-

bém trabalhar com nossa própria discursividade.

O que estamos chamando a atenção aqui é para o fato de que no gesto de leitura de arquivo para uma pesquisa vai-se além do que se supõe constituir o próprio arquivo. Como afirma Luiz Orlandi (2006, p. 151), um trabalho com arquivo “deixa entrever que, em cada presente, em cada atualidade, somos tomados por uma intersecção na qual aquilo que julgamos saber o que somos coexiste com o aquilo que estamos nos tornando, mas que ainda não sabemos o que é. É como se cada atualidade, é como se cada configuração espaço-temporal fosse um complexo lugar de embates e de simultâneas emissões de signos que buscamos decifrar, seja como signos de nossas retenções, de nossas contenções, de nossos bloqueios, de nossas insuficiências, seja como signos de resistências ou de afirmações diferenciais anunciadoras de saídas”.

Essa reflexão ganha mais densidade ainda quando incluímos o fato teórico incontornável, como afirma Pêcheux (1994, p. 61), “que constitui a língua como materialidade específica”. Uma materialidade que constitui nosso pensamento inconsciente e que, portanto, está na



raiz da interseção mencionada acima: no labirinto e no olhar opaco se constitui o jogo entre o lembrar e o esquecer, entre o familiar e o estranho, entre o que se imagina ler e os lapsos desconcertantes que nos remetem para o desconhecido de nós mesmos. O equívoco é estrutural, constitui a língua e constitui a subjetividade do pesquisador.

Essa materialidade da língua está, também, no arquivo, constituindo “a pluralidade contraditória das filiações históricas” (PÊCHEUX, 1983, p. 53). Por isso mencionei, para o pesquisador, a necessidade de um olhar não totalizante, mas sim de um olhar opaco e errante, um olhar que se deixa apanhar pelas redes significantes que circulam em um arquivo, deixando-se, assim, interrogar por seus próprios significantes.

### **Leituras de arquivo: ilusões**

Um arquivo, qualquer que seja, representa uma instituição que congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos. Em qualquer arquivo se inscreve a histo-

ricidade de uma política de silenciamento (ORLANDI, 2001) resultante das condições históricas e ideológicas de sua institucionalização e de sua inserção nas redes de memória. Assim, na organização de qualquer arquivo há sentidos colocados para serem lidos e repetidos (o que é canônico, hegemônico) e há também sentidos recalcados, silenciados, interditados. Podemos pensar, então, que nos arquivos se inscrevem sintomas da época em que foram organizados e é com esses sintomas que um pesquisador se depara.

Um exemplo. Uma das metas do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS-UFF) é a construção de um arquivo digital de imagens relacionadas a posições-sujeito no Rio de Janeiro. Trata-se de um arquivo em constante organização e reformulação, ou seja, sem um ponto final preciso, uma vez que imagens as mais variadas podem ser incluídas na proposta de sua constituição. Um ponto inicial de entrada para a constituição de tal arquivo foi uma recolha de fotos jornalísticas que registrassem confrontos entre policiais e moradores de favelas. Esse propósito já se encontrava imerso no que Pêcheux (1999)

formaliza sobre a tensão entre acontecimento e memória, e nessa proposta inicial de constituição do arquivo, não à toa, justamente como sintoma de nossa época, trouxemos essa temática como passo inicial. Ao mesmo tempo, olhando e teorizando essas fotografias, foi possível dizer que “Uma foto jornalística tem história, produz memória e também pressu(im)põe mais de um ponto de entrada e de fuga, o que tanto promove uma direção de sentidos para sua leitura quanto impede uma absolutização dos sentidos a ler. [...] a fotografia no jornal é atravessada por discursividades distintas e, para além de tornar uma determinada imagem visível, ela tem na incompletude uma das suas características” (MARIANI & MEDEIROS, 2011, p. 113).

Um outro exemplo. O governo português tomou a iniciativa de publicar, em vários volumes, documentos dos séculos XVI a XIX relativos à colonização africana, a chamada *Monumenta Africana*. Nessa obra monumental, ainda não finalizada, pode-se ler, além dos documentos disponibilizados, o gesto de interpretação dos organizadores, que selecionaram o que julgaram pertinente e interessante de se saber, na

atualidade, sobre a memória portuguesa em África.

A respeito desses gestos de interpretação, faço, aqui, um pequeno desvio. A respeito desses gestos de interpretação realizados por aqueles que tomam para si a tarefa de organizar arquivos, a já mencionada Roudinesco traz uma interessante discussão ao tematizar a ausência de arquivo e o excesso de arquivo. O excesso de arquivo, como é por exemplo a vastíssima obra de Freud, que inclui sua copiosa correspondência, produz gestos de censura naqueles que se dedicam a torná-la pública. Nem todas as cartas foram publicadas e nem todas as publicadas o foram na íntegra. Os editores dizem sempre estar respeitando os interesses de Freud ou o que Freud gostaria que fosse feito. Mas... como saber o que Freud teria feito?

Por outro lado, o caráter marcadamente oral da obra de Lacan, produzindo uma ausência de arquivo, e efeitos variados sobre a própria Psicanálise, não está menos afetado por gestos de censura. Aliás, o próprio Lacan afirma: “Sem o documento escrito, você sabe que está num sonho” (LACAN apud ROUDINESCO, 1988, p. 27). Para Rou-

dinesco (2006, p. 7), de certo modo referendando Lacan, “o poder do arquivo é tanto mais forte quanto mais ausente for o arquivo”.

De minha parte, porém, para além da questão do poder, ou fascínio, que um arquivo pode provocar, penso que tanto as ausências quanto os excessos arquivísticos produzem, em torno da construção dos arquivos textuais, posições mais explícitas ou menos implícitas de igrejinhas, grupos e escolas que se organizam em torno do que pode e deve ser arquivado e, em concorrência, lembrado. Em outras palavras, nos arquivos construídos e colocados à disposição, um pesquisador pode ler os gestos de interpretação dos que têm direito a dizer o que pode ser objeto de leitura, em determinado tempo histórico. Em suma, se nos arquivos estão inscritas políticas de alianças e de antagonismos mais ou menos disfarçados, é com essas políticas que temos de lidar.

Meu interesse em refazer parte des-

ses meus percursos de pesquisa é justamente colocar em discussão esses aspectos e como eles, muitas vezes, afetaram os resultados a que cheguei.

Para iniciar e retomando a crítica ao modo tradicional de conceber um arquivo, lembremos o fato de que nenhum arquivo institucionalizado esgota uma temática,

nunca é completo. Essa é uma das ilusões mais comuns sobre arquivos, a da completude.

Como já foi dito, um arquivo é uma não totalidade, ele resulta de gestos de leitura daqueles que em dado momento histórico o organizam. Supor, por exemplo, que no Arquivo Nacional ou que no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambos no Rio de Janeiro, está concentrada uma totalidade de documentos relativos à história brasileira é um equívoco. Trabalhei muitos anos nesses e em outros arquivos cariocas e pude constatar na prática como eles ao mesmo

Nos arquivos construídos e colocados à disposição, um pesquisador pode ler os gestos de interpretação dos que têm direito a dizer o que pode ser objeto de leitura, em determinado tempo histórico.

tempo em que são únicos em termos do que têm em seus acervos, também se interrelacionam, se repetem, apresentam lacunas que incidem em pontos semelhantes, etc. Nesses apagamentos e sobreposições já se tem um trabalho da memória histórica, o pesquisador precisa se dar conta disso, incluir esse funcionamento em sua pesquisa. Como diz Orlandi, “não adianta trabalhar com o arquivo assim, colocar uma mochila nas costas e procurar os dados, porque às vezes as pessoas fazem isso nesse tipo de trabalho como se você fosse encontrar uma Linguística perdida ou uma língua que não é encontrável” (SCHERER, 2004, p. 41).

Para chegar ao texto do livro *Colonização linguística* (2004), peregrinei por esse conjunto de instituições cariocas, conseguindo coletar, em uma ou outra, materiais relevantes sobre os séculos XVI, XVII e XVIII. Muitas vezes, o documento está relacionado no catálogo, mas se encontra perdido ou emprestado; outras vezes o documento está sendo restaurado e não pode ser utilizado; outras vezes, ainda, o documento não pode ser fotografado, xerocopiado, restando a cópia *in loco*.

Em outros casos, cada arquivo possui uma edição diferente do livro, edições que têm nomes distintos ou que estão catalogadas de maneira diferenciada, gerando para o pesquisador uma confusão, ainda que temporária.

Ou seja, a principal característica a ser destacada aqui é a de uma pesquisa realizada na dispersão: determinados livros eram localizados no IHGB, outros no Arquivo Nacional, outros, ainda, na Biblioteca Nacional, o que tomava um tempo enorme na pesquisa e provocava, ao mesmo tempo, uma sensação de confusão nas idas e vindas pelas instituições e nos comentários variados que os bibliotecários gentilmente faziam (demonstrando seu poder e seu controle sobre o arquivo) e precisando lidar com as perguntas não respondidas.

Mas o mais interessante disso tudo, foi ter compreendido que as perguntas que eu fazia sobre a história do que acabei chamando de colonização linguística não estavam em um único lugar, afinal essa nossa língua, sua história do jeito que ela é, não vai estar mesmo (confinada) em algum lugar. É por isso

que teorizamos, do ponto de vista da análise do discurso, sobre a construção do arquivo da pesquisa, sempre realizado a partir de nossos gestos de leitura, com nossos objetivos e perguntas, em relação aos gestos que nos antecedem e que já se encontram instituídos.

Mas vejam só que interessante, ainda sobre a colonização linguística: qual não foi minha surpresa, porém, ao encontrar na biblioteca da Universidade de Stanford, nos

Estados Unidos, ao alcance das minhas mãos, praticamente todos os materiais dispersos pelas instituições brasileiras. Nessa biblioteca americana, distante do Brasil, era outra a “gestão administrativa dos documentos” (PÊCHEUX, 1994), com outras implicações, o que me fez pensar, partindo das noções de memória discursiva (a tensão entre o lembrar e o esquecer) e de memória metálica, o quanto a localização de um arquivo tem a ver com a seleção do pode ser matéria de arquivamento, do que pode ser registrado como passado a ser lido no futuro.

Nesses arquivos eletrônicos em vigor nas bibliotecas e acervos variados, há uma ilusão de organização com uma lógica aparentemente inequívoca, que permitiria tudo encontrar, produzindo um efeito de transparência.

Outro aspecto relevante do trabalho aponta para os aspectos de facilitação e falsa transparência de um arquivo com o surgimento da catalogação eletrônica e da digitalização. Nesse caso, pelo menos para mim, torna-se mais difícil ainda furar as políticas de controle do arquivo.

Como ler um arquivo eletrônico? Como desautomatizar os gestos de interpretação e as políticas de acessibilidade impostas por um programa de computador?

Nesses arquivos eletrônicos em vigor nas bibliotecas e acervos variados, há uma ilusão de organização com uma lógica aparentemente inequívoca, que permitiria tudo encontrar, produzindo um efeito de transparência. Para além de supor que essa lógica produz um efeito de transparência para aqueles que organizaram o arquivo, está em jogo, como já foi dito, uma questão política inscrita na constituição de qualquer arquivo. Por exemplo, os arquivos dos jesuítas, na Biblioteca do Vatica-



no, estão informatizados em latim, o que produz uma opacidade inicial para quem desconhece essa língua.

No caso da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional em Lisboa, a informatização também se faz presente. Isso significa que o pesquisador pode consultar “o que quiser” no computador, com o auxílio inicial de um bibliotecário. A pesquisa pode ser realizada de diferentes maneiras: por autor, por título de obra impressa, por fundo de arquivo e busca por palavras-chave. No entanto, para um pesquisador interessado nas palavras-chave “política lingüística”, “língua brasileira”, “português-brasileiro” e em um paradigma de palavras-chave dessa natureza, a busca será infrutífera, pois tais possibilidades não estão registradas como possibilidades de sentidos previamente inscritas no programa utilizado.

O funcionamento da memória metálica na constituição do arquivo eletrônico, resultado da informatização dos arquivos, produz uma infinita repetibilidade, mais ilusões sobre a estabilidade e a transparência dos sentidos e uma política de silenciamento local muito eficaz.

A memória metálica impede o trabalho da memória discursiva? Vale a pena lembrar que, conforme Pêcheux, o funcionamento da memória discursiva frente ao arquivo institucionalizado é “aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos [...] de que sua leitura necessita” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Assim, se a memória metálica em funcionamento nos arquivos metálicos impede, restringe a leitura de arquivo, pois impede, já em um momento inicial do trabalho de leitura, o encontro do pesquisador com os textos a serem lidos, os gestos de leitura do pesquisador, com seu olhar opaco, suas associações, suas lembranças e esquecimentos podem desautomatizar e produzir questões justamente sobre o funcionamento dessa memória metálica.

### **Língua nacional e arquivo: discursividades**

Como fica a organização de um arquivo sobre a língua nacional em países que, em sua formação linguístico-

-social, foram constituídos por uma heterogeneidade fundante? Uma outra perspectiva, igualmente desafiadora, talvez, seja revirar essa questão e perguntar: até que ponto a língua nacional, em sua heterogeneidade fundante, pode ser considerada como arquivo? E retomo aqui o que disse no início dessa apresentação: Um arquivo possível do corpo verbal (ou imaginário linguístico) constitutivo da identidade de um Estado nacional e, também, lugar onde se constituem as identificações do sujeito.

Em relação à primeira pergunta – como organizar um arquivo da/sobre a língua nacional – creio que o projeto *História das Ideias Linguísticas* vem desautomatizando, progressivamente, gestos de interpretação que fixaram modos de ler a história do português-brasileiro. Inúmeras vertentes de pesquisas empreendidas sobre a constituição, formulação e circulação de idéias lingüísticas, sobre a disciplinarização do ensino da língua e da linguística, sobre políticas de língua em sua relação com o poder do Estado em diferentes conjunturas históricas e em diferentes regiões do país, a análise cuidadosa dos instrumentos linguísticos – gramáticas e dicionários –, a

proposta de construção de enciclopédia eletrônica de línguas, enfim, a questão da colonização linguística, da memória das línguas, da autoria em gramáticas, dentre tantas outras questões e vertentes de análise, tem mostrado o quanto a noção de arquivo pode ser produtiva quando associada a um campo conceitual que não se vincula a projetos totalizantes nem se deixa atrair pela ilusão da completude.

Retomo Orlandi (apud SCHERER, 2006, p. 22), mais uma vez, quando ela diz: “Não há nenhuma Linguística perdida que nós podemos encontrar de repente, mas há elementos de arquivo, há a possibilidade de você construir arquivos” a partir de perguntas sobre o próprio funcionamento dos arquivos.

Construir um arquivo da língua nacional ou sobre a língua nacional, nessa perspectiva, é lidar com um trabalho de descrição/interpretação que, ao buscar compreender os gestos de interpretação que instaram sentidos e produziram efeitos de unidade do pensamento frente à questão da língua, se deixa afetar pelo real da língua e pelo real da história.

Arquivo e língua nacional, termos que

se interrelacionam em um mesmo enunciado: uma abordagem possível daquilo que se supõe factível de uma construção: a partir de uma imensa e heterogênea massa textual, dispersa em diferenciados arquivos, cabendo ao pesquisador produzir hipóteses de trabalho, historicizar afirmações que se tomam como verdades atemporais e, assim, desautomatizar gestos de interpretação, sem perder de vista que um arquivo por ter a falta como elemento constitutivo, é sempre incalculável, fragmentado, labiríntico e imprevisível.

O trabalho discursivo com as idéias linguísticas realiza uma desmontagem de produções de sentidos estabilizados, um trabalho de tecitura de relações textuais em que o dito está sempre jogando com o não dito, com as margens dos dizeres, com a memória e com o silenciamento. Pretende-se compreender, dessa forma, as sucessivas camadas de sentidos produzidos para a língua nacional, compondo um mosaico de sentidos nunca apreensível em sua totalidade, seja para o pesquisador, seja para quem fala a língua.

Retornando aos termos *arquivo* e *lín-*

*gua*, é possível poder dizer que, se temos como ponto teórico central “a discursividade como efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1994, p. 63), temos trabalhado mais exatamente com “a materialidade da língua na discursividade do arquivo”, buscando construir arquivos a partir de leitura/escuta da repetibilidade, dos efeitos metafóricos, dos silenciamentos e da dispersão das formas materiais afetadas pelo interdiscurso.

A construção de um arquivo, do ponto de vista discursivo, nunca está pronta ou finalizada, pois depende dos gestos de compreensão analítica feitos pelos pesquisadores. Discursivamente, um arquivo está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua.

Para finalizar, é importante dizer que língua, nesse contexto de discussão, é compreendida como tesouro de significantes que está na origem da constituição do sujeito, embora o sujeito não tenha acesso à totalidade desse tesouro. Língua, aqui, como lugar de inscrição do desejo e da lei, permitindo a produção de sentidos e a eficácia da determinação ideológica bem como as falhas e

o *non sense*. Língua como sistema sujeito a falhas, lugar de deslizamentos na relação entre significante e significado. Por fim, compreendo que na língua um impossível de dizer se inscreve.

Falar de língua nacional em países que em sua origem foram colonizados, é problematizar esse tesouro de significantes em termos da heterogeneidade

linguística que o constituiu e que constituirá para os sujeitos usuários dessa mesma língua, uma relação ao mesmo tempo íntima e estranha. Se é possível pensar na língua nacional como arquivo, podemos, talvez, aproximar e elaborar as questões que constituem tanto as contradições históricas quanto os enigmas e os sofrimentos tormentosos e desejantes do sujeito.

## Referências

ACHARD, P.; PÊCHEUX, M. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

BORGES, J. L. Funés, el memorioso. In: \_\_\_\_\_. *Ficciones*. Buenos Aires: Artificios, 1944.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

DIAS, Cristiane. Memória Metálica. Verbete. *Enciclopédia Discursiva da Cidade*. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=119>>. Acesso em: set. 2015.

FAVIER, J. *Les Archives*. Paris: Les Presses Universitaires, 2001 [1958].

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. Olhem, dizem as fotos, é assim: mulher, favela e confronto policial. In: AZEVEDO, N.; FONTE, R. (Orgs.). *Análise do discurso: mo(vi)mento de interpretações*. Curitiba: CRV, 2011. p. 111-130.

ORLANDI, E. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, L. O gato entre Alice e Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em: <[http://www.fe.unicamp.br/dis/transversal/rizomas/O\\_gato\\_entre\\_Alice\\_e\\_Foucault.doc](http://www.fe.unicamp.br/dis/transversal/rizomas/O_gato_entre_Alice_e_Foucault.doc)>. Acesso em: abr. 2014.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Pontes, 1994.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P.; PÊCHEUX, M. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHERER, Amanda Eloína. História das ideias x história de vida. Entrevista com Eni Orlandi. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 7, p. 11-51, 2006. ISSN 2179-2194. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/6349/3855>>. Acesso em: maio 2016.